



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

No Portal do Governo, na área dedicada às notícias relacionadas com a tutela da saúde, encontra-se uma notícia datada de 20 de outubro de 2016 com o título “Cobertura plena da população com médicos de família é objetivo para 2017”.

No texto, de outubro de 2016, afirma-se que “o Ministro da Saúde afirmou que Portugal ficará a apenas 16 médicos de família de ter cobertura plena depois de, em novembro, serem colocados mais 100 médicos por todo o País. Na cerimónia de reabertura do internamento de Medicina Interna na unidade de Tomar, Adalberto Campos Fernandes referiu que o objetivo é ter toda a população com médico de família até ao final de 2017. «O número de médicos que vão completar especialidade no próximo ano é muito significativo, suplanta largamente o número de aposentados e a expectativa é que, no final do ano de 2017, se não estivermos a 100 por cento, estaremos a 90 e muitos por cento», disse”.

Ora, a 22 de novembro de 2017, a Agência Lusa publicou uma notícia com o título “Utentes de Saúde em Aveiro reclamam médico de família para São Jacinto”.

No texto refere-se que “a Comissão de Utentes de Saúde de Aveiro (CUSA) exigiu hoje a reposição imediata do médico de família em São Jacinto, alertando para o «caos» em que se encontra o serviço de assistência naquela extensão de saúde. Em comunicado, a CUSA refere que os utentes da Extensão de Saúde de São Jacinto estão sem médico de família desde 01 de novembro, na sequência da passagem à situação de aposentação do médico que exercia atividade naquela extensão”.

A notícia refere também, citando a CUSA, que “esta falha foi colmatada com uma médica em regime provisório que «apenas observa os doentes urgentes no dia, em número limitado, mas inconstante criando a desordem e a confusão na população», que se encontra separada do resto do concelho por um canal de navegação. Em consequência disto, a Comissão de Utentes

diz que «há doentes que ultrapassaram o limite de vigilância médica», temendo pelo agravamento do seu estado de saúde”.

É ainda afirmado que “os representantes dos utentes de saúde de Aveiro alegam que esta situação já se previa há meses e era conhecimento do diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga”.

O CDS-PP entende que os Cuidados de Saúde Primários são a “porta de entrada” para o Serviço Nacional de Saúde e que, por isso, é necessária uma política continuada de reforço nesta área específica da saúde. Os Cuidados de Saúde Primários deverão assegurar a necessária proximidade junto das populações e proporcionar os atos inerentes às suas características, com qualidade e em tempo clínica e socialmente adequado.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento da falta de médico de família na Extensão de Saúde de São Jacinto, Aveiro?

2- Tendo em conta o anúncio feito por V. Exa., em outubro de 2016, de que no final de 2017 a cobertura de médicos de família em Portugal estaria praticamente a 100%, quando será concretizada a contratação de um médico de família para a Extensão de Saúde de São Jacinto, Aveiro?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2017

Deputado(a)s

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)